



"Quão Difícil Nos Temos Movido"

## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 03/13

17 de Abril de 2013



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.

### Defender Abril! Defender a Constituição!

Estamos a poucos dias de comemorar o 39º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, data de grande significado para os portugueses em geral, e para os militares em particular. Revolução que abriu as portas à democracia e levou a que em 1976 se concretizasse o texto da nossa lei fundamental, a Constituição da República Portuguesa, já ao tempo considerado um dos textos mais modernos e avançados no plano europeu, em que se consagraram direitos de cidadania que hoje se encontram perigosamente ameaçados.

Entre muitos dos seus artigos conta-se o direito de participação na vida pública (Artigo 48º) que consagra que *"todos os cidadãos têm o direito de tomar parte na vida política e na direcção dos assuntos públicos do país, directamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos"*, para além de referir que *"todos os cidadãos têm o direito de ser esclarecidos objectivamente sobre actos do Estado e demais entidades públicas e de ser informados pelo Governo e outras autoridades acerca da gestão dos assuntos públicos"*.

É pertinente a referência a este preceito constitucional quando apenas uns dias se passaram desde que o MDN apresentou o programa *Defesa 2020*, entretanto aprovado em Conselho de Ministros, sem que tenha havido qualquer debate na Comissão de Defesa da Assembleia da República (*representantes livremente eleitos*) e sem que os cidadãos que serão alvo das matérias constantes deste programa, tenham sido minimamente consultados ou informados (*esclarecidos objectivamente*) acerca dos seus propósitos (*gestão dos assuntos públicos*).

Ganha sustentabilidade a teoria de que perante a eventualidade de ser um dos ministros remodeláveis face à alteração forçada pela decisão do Tribunal Constitucional de inconstitucionalidade de algumas normas do OE2013, o MDN acelerou a divulgação deste programa, com o objectivo de mostrar trabalho, apresentando cortes e teóricas poupanças que colmatem as consequências da decisão do TC, mesmo que para tanto se possa incorrer em novos incumprimentos ou claro desrespeito pelo texto constitucional, sem contudo dar resposta aos reais problemas que inquietam os militares.

Como, quem, com que dimensão ou intensidade se estabelecem os critérios conducentes a cortes até 2020? Quando se esclarece a opinião pública que o estafado número de militares existentes e de cortes a realizar no efectivo é uma mistificação e não corresponde à realidade? Como se enquadra esta dita Reforma no respeito pela Condição Militar? Com mais cortes nos rendimentos? Com mais cortes no direito à Saúde? A este propósito, recordemos também o Artigo 64º da CRP (Saúde) quando determina que *"todos têm o direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover"* e que, entre outros aspectos, *"o direito à protecção da saúde é realizado: a) através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito"*.

Recordando ainda o número 2 do Artigo 63º da CRP, que declara que *"incumbe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado, com a participação das associações sindicais, de outras organizações representativas dos trabalhadores e de associações representativas dos demais beneficiários"*, continuemos a exigir que se cumpra o texto da Lei Fundamental!

Pela defesa da Liberdade e dos valores democráticos, pela defesa da Constituição da República é importante que, acompanhados dos nossos familiares e amigos, participemos nas diversas iniciativas comemorativas do 39º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, com particular destaque para a participação no desfile na Avenida da Liberdade, em Lisboa!

Porque acreditamos que só lutando defenderemos e alcançaremos a dignidade de uma vida profissional de que nos honramos, vamos: **Reforçar a ANS! Defender Portugal!**

A Direcção

Lisboa, 17 de Abril de 2013